

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 12/Nov



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3292- Ano 2024



VAT/FIM DA JORNADA 6X1 É TRABALHO MAIS HUMANO E MAIS DIGNO



Apoiar e entrar de cabeça na mobilização nacional a favor das assinaturas necessárias para a tramitação da PEC – Proposta de Emenda Constitucional pelo fim da jornada 6x1 (seis dias de trabalho e um de folga) e no movimento VAT – Vida Além do Trabalho é uma obrigação para as lideranças sindicais da nossa categoria e para os Vigilantes de Luta e de Verdade que buscam ver a vida com muito mais valor e o trabalho de forma mais humana e digna.

Neste momento é importante que possamos cobrar de todos os deputados, especialmente aqueles que dizem estar ao lado do trabalhador, que, de fato, comprovem esta afirmação e assinem a proposta da PEC apresentada pela Deputada Erika Hilton. Queremos e merecemos trabalhar para viver, não trabalhar para morrer.

A redução da jornada, sem redução de salário já é realidade em vários países. É uma fórmula eficaz de enfrentar as tecnologias que retiram

nossos empregos ou buscam nos escravizar. Na Alemanha um projeto piloto da semana de quatro dias de trabalho ganhou a adesão de várias empresas que preferem não mais voltar as jornadas anteriores. A experiência comprovou que a redução da jornada manteve ou até elevou a produtividade, sem reduzir o salário e comprovou que vivendo melhor produzimos até mais, sem sofrimento e adoecimento.

No setor de segurança e vigilância iniciamos um movimento desde os anos 1980 para acabar com a escala 6x1 que nos escravizava. Avançamos para as escalas 12x36 (doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso) ou escala de 5x2 através das nossas lutas e das Convenções Coletivas de Trabalho – CCT. Mas ainda resta uma parcela da nossa categoria submetida a esta jornada escrava.

Além disso o patronado tem insistido com suas “pautas do mal” e no retorno à escravidão. Nas negociações coletivas chegam ao despudor de propor que os Sindicatos aceitem alterar as CCT’s para permitir jornada absurda de 7 dias por semana, sem descanso. Portanto há risco de retrocesso.

Desta forma a aprovação da PEC pelo fim da 6x1 é uniformizar uma condição melhor e mais digna para todos os trabalhadores e garantir que os patrões não retirem o que já conquistamos com jornadas tipo 12x36 ou 5x2, onde possamos avançar para a jornada 4x3 (quatro dias de trabalho e três de descanso), sem redução do salário.

Fim da 6x1, já!

Vida Além do Trabalho – VAT

José Boaventura – Presidente da CNTV

ENTENDA O CASO

VAT: entenda o que está sendo proposto sobre o fim da escala de trabalho 6x1

Deputada tenta reunir assinaturas para protocolar projeto que pode abrir brecha para criação da escala de 4 dias de trabalho por 3 de descanso, porém, até agora, conseguiu pouco mais da metade

A discussão prosperou nas redes sociais e agora a ideia foi encampada pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP).

Um movimento criado por um tiktoker denominado VAT (Movimento Vida Além do Trabalho) pretende acabar com o regime de escala de trabalho de 6x1 (seis dias de trabalho, um de descanso), previsto na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), lei criada há 81 anos. A discussão prosperou nas redes sociais e agora a ideia foi encampada pela deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), que luta para

conseguir 171 assinaturas para que o texto seja protocolado.

Autor do movimento, o influenciador digital Rick Azevedo foi eleito vereador no Rio de Janeiro pelo PSOL tendo como principal mote de sua campanha justamente o fim da escala 6x1. Um abaixo-assinado criado pelo VAT já conta com mais de 1,4 milhão de assinaturas. O estopim para criação do movimento foi um desabafo gravado em forma de vídeo por Azevedo e divulgado por ele no seu perfil do TikTok em setembro de 2023, que teve mais de 123 mil curtidas.

Jornada de 36 horas semanais

No texto que distribuiu para os deputados federais para tentar apoio para poder protocolar o projeto, a deputada Erika Hilton quer mudar a

redação do artigo 7º da Constituição de modo que haja redução da jornada de trabalho para quatro dias na semana e das horas trabalhadas para 36 horas semanais, em vez das 44 atuais.

“A alteração proposta à Constituição Federal reflete um movimento global em direção a modelos de trabalho mais flexíveis aos trabalhadores, reconhecendo a necessidade de adaptação às novas realidades do mercado de trabalho e às demandas por melhor qualidade de vida dos trabalhadores e de seus familiares”, escreve a autora do projeto na justificativa do texto.

Ainda segundo a redação, os trabalhadores “sempre buscaram reduzir o tempo de trabalho, sem ter seus salários diminuídos, por isso, cumpre ao Congresso Nacional avançar na redução da jornada de trabalho e propor medidas para impedir que empregadores subvertam os direitos ao tempo livre remunerado conquistado pelos trabalhadores”, diz o enunciado.

Por se tratar de uma proposta que muda um trecho do texto constitucional, ela deve ser feita por meio de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição). Para que possa ser protocolada e assim começar a sua tramitação, o texto precisa da assinatura de ao menos 171 dos 513 deputados federais. Até agora, Erika conseguiu a assinatura de cerca de 90, pouco mais da metade. Se não conseguir as 171 assinaturas, as discussões sobre o texto não avançam.

Um documento formulado pelo gabinete da deputada e que seria endereçado ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho, solicitava a criação do grupo de trabalho para discutir o assunto.

O que é o movimento contra a escala 6x1?

Na descrição do abaixo-assinado que colhe assinaturas em apoio ao movimento, o VAT afirma ser de conhecimento geral que a “jornada de trabalho no Brasil frequentemente ultrapassa os limites razoáveis, com a escala de trabalho 6x1 sendo uma das principais causas

de exaustão física e mental dos trabalhadores.” Ainda segundo o texto, tal carga horária “afeta negativamente a qualidade de vida dos empregados, comprometendo sua saúde, bem-estar e relações familiares”. O tiktokker criou um canal no Telegram para recolher relatos de abusos sofridos por trabalhadores.

Quando o abaixo-assinado atingiu cerca de 800 mil assinaturas, foi encaminhada uma petição formal endereçada ao Congresso para que ele encampasse o tema. Foi solicitado um amplo debate para a instituição do fim da jornada de 6x1 e criação da jornada de 4x3, sendo quatro dias trabalhados e três de folga, sem redução salarial.

Em seu post nas redes sociais, a deputada Erika Hilton diz que o influenciador já trabalhou em uma farmácia, e ela, em uma fábrica de salgadinhos. “Assim como a grande maioria das pessoas que trabalharam ou trabalharam na escala 6x1, nós concordamos: ela é desumana”, escreve.

A deputada explica que, como não atingiu as 171 assinaturas, o texto ainda não possui um relator, e que isso inviabiliza o diálogo com outros parlamentares para debater o texto, já que alguns não o apoiam. “Se ele [deputado] é a favor do fim da escala 6x1, mas acha que o texto podia ser melhor, o único caminho possível para isso é ele assinar. Pressione-o”, escreve a deputada.

Erika discorda da ideia de que a escala 6x1 é ruim para economia, outra crítica recorrente de quem é contrário. “A escala 6x1 rebaixa a produtividade do Brasil, causa danos à saúde física e mental da população, atrapalha o comércio e o turismo interno, e impede uma melhor qualificação da nossa mão-de-obra. O fim dessa escala é positivo para a economia e temos exemplos disso em todo mundo”, escreve.

FONTE: TERRA - Clayton Freitas

CAMPANHA SALARIAL 2025



A campanha salarial de 2025 já começou! Nos dias 8 e 9 de novembro, foram realizadas assembleias em diversas cidades do Espírito Santo, reunindo vigilantes para discutir e elaborar a pauta de reivindicações da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do próximo ano.

O presidente do Sindseg-ES, Serafim Gerson Camilo, destacou a participação expressiva da categoria, que contribuiu com sugestões para a construção de uma pauta forte e representativa. Em Vitória, Serafim conduziu os trabalhos, enquanto os diretores Renato Cunha e Félix lideraram as assembleias em Aracruz e Guarapari.

A diretoria do Sindseg-ES apresentou uma pauta organizada e bem estruturada, incentivando a participação ativa de todos os presentes.

Segundo o presidente, o próximo passo será levar a pauta de reivindicações aos empresários para iniciar o processo de negociação. Assim que houver uma contraproposta, ela será apresentada aos vigilantes em uma nova assembleia geral para avaliação e deliberação.

FONTE: SINDSEG GV/ES - Vanessa Matheucci

Comissão debate segurança pública nas rodovias e o aumento do roubo de cargas



Segundo pesquisa, quase metade dos caminhoneiros autônomos já foram roubados

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados debate nesta terça-feira (12) a segurança pública nas rodovias brasileiras e o aumento no número de roubos de cargas. O debate foi solicitado pelo deputado Zé Trovão (PL-SC) e vai ser realizado a partir das 15h30, em plenário a ser definido.

Segundo o parlamentar, a pesquisa “Realidade do Transportador Autônomo de Cargas 2024”, feita pela Confederação Nacional dos Transportadores Autônomo (CNTA), identificou que 46% dos caminhoneiros autônomos no Brasil já foram vítimas de roubo de cargas, e metade nunca se sente seguro nas rodovias.

Ela exemplifica com dados desse tipo de crime apresentados em reportagens de veículos de comunicação entre agosto e setembro deste ano. A TV Record, por exemplo, mostrou que, no Rio de Janeiro, no mês de agosto, foram 327 roubos de carga, uma média de 11 por dia –

mais do que o dobro do mesmo período do ano passado. O jornal O Globo apontou crescimento no número de ocorrências desde 2017, com 1.903 casos em 2023 – alta de 57% em relação àquele ano, sendo Minas Gerais e Paraná os estados com mais ocorrências. Já a emissora Band apontou que, em 2024, foram, em média, 2 roubos de carga por dia.

“Acredito que a audiência seja uma ferramenta democrática para chamar a atenção da opinião pública e das autoridades ligadas à segurança nas rodovias do país, no sentido de entender o que está sendo feito para combater crimes de roubos, furtos e saques, qual o papel do legislativo para contribuir com as ações de repressão e quais as orientações para caminhoneiros e transportadoras evitarem situações de risco”, afirma o Zé Trovão.

Fonte: Agência Câmara de Notícias - Da Redação – RL

O novo cenário da Terceirização - Riscos, Compliance e visão dos Tribunais Superiores

O evento abordará questões essenciais sobre fraudes na terceirização e as visões do STF sobre o tema, além de focar na terceirização e compliance

EVENTO ONLINE

O NOVO CENÁRIO DA TERCEIRIZAÇÃO

RISCOS, COMPLIANCE E VISÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

13. NOVEMBRO | 9H - 12H30



O Programação

O novo cenário da Terceirização - Riscos, Compliance e visão dos Tribunais Superiores

09h00 às 09h10 Abertura

Renato Barufi

Advogado trabalhista, mestre em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), pós-graduado em Direito e Processo do Trabalho pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), docente do Centro Universitário Barão de Mauá em Ribeirão Preto (CUBM) e da Faculdade Dr. Francisco Maeda em Ituverava (FAFRAM), processor convidado dos cursos de pós-graduação da Faculdade de Direito de Franca (FDF) e Escola Superior da Advocacia (ESA) da OAB São Paulo.

09h10 às 10h10 Painel 1 - Fraudes na Terceirização

Fabricio Lima

Juiz do Trabalho e Mestre em Direito. Doutorando Universidade do Minho. Professor.

Iuri Pinheiro

Juiz do Trabalho no TRT da 3ª região.

10h10 às 11h10 Painel 2 - Terceirização na visão do STF

Vólia Bomfim

Doutora. Mestre. Professora e advogada.

José Afonso Dallegrave Neto

Mestre e doutor pela UFPR; pós-doutor

FDUNL; especialista em Ciências Humanas pela PUC/RS; advogado e professor.

11h10 às 11h20 Intervalo

11h20 às 12h20 Painel 3 - Terceirização e Compliance

Rafaela Sionek

Sócia Trabalhista do Becker Bruzzi Lameirão Advogados. Fundadora da Formação Avançada da Advocacia Trabalhista.

Maíra S. M. Fonseca

Advogada trabalhista. ESG Standards. Conselheira Estadual da OAB/PR. Doutorado pela USP. Mestrado pela UFPR.

12h20 às 12h30 Encerramento

FONTE: MIGALHAS (link: <https://eventos.migalhas.com.br/evento/593/terceirizacao>)

Negociação coletiva como instrumento para o trabalho justo é tema de seminário em SP

MTE, em parceria com o departamento de Trabalho dos Estados Unidos, promove o Seminário de Promoção da Negociação Coletiva Trabalhista



Divulgação/MTE

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em parceria com o Departamento de Trabalho dos Estados Unidos (USDOL), deu início ao Seminário de Promoção da Negociação Coletiva Trabalhista, que começou hoje, 11, e se estenderá até amanhã, 12, em São Paulo. O evento também marca o início da Semana Nacional de Negociação Coletiva, que acontecerá nas 27 Superintendências Regionais do Trabalho em todo país nos dias 13 e 14.

Durante a abertura do Seminário, o secretário de Relações do Trabalho, do MTE, Marcos Periato, destacou a negociação coletiva como uma ferramenta essencial para a construção de um ambiente de trabalho mais justo e equilibrado. Representando o ministro Luiz Marinho, Periato reafirmou o papel do diálogo social na promoção do trabalho decente.

“A negociação coletiva é um pilar essencial para o fortalecimento de relações de trabalho saudáveis e democráticas, onde trabalhadores e empregadores possam dialogar e definir as condições de trabalho com foco na justiça social e no desenvolvimento econômico”, argumentou. Segundo Periato, a presença de representantes do governo, entidades sindicais e da sociedade civil no Seminário simboliza o compromisso com o avanço do diálogo social e com a construção de um ambiente de trabalho mais justo e colaborativo.

Mark Mittelhauser, subsecretário Adjunto Associado para Assuntos Internacionais do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, ressaltou a parceria única entre Brasil e Estados Unidos para a promoção dos direitos dos trabalhadores no contexto global, dada a importância central da negociação coletiva. Ele destacou que, em 2024, ano em que os dois países comemoram 200 anos de relações diplomáticas, estão sendo tomadas medidas sem precedentes para fortalecer a cooperação em temas como a promoção da negociação coletiva.

“O seminário é uma oportunidade de intercâmbio entre as entidades sindicais e especialistas dos países participantes

(Brasil, EUA, Uruguai, Colômbia e Espanha) sobre tópicos da negociação coletiva como inteligência artificial, transição justa e economia de cuidados”, salientou Mark.

Vinícius Pinheiro, diretor do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Brasil, enfatizou a importância da negociação coletiva como ferramenta essencial para construir um futuro do trabalho mais justo e inclusivo, especialmente em um momento de transição tecnológica e ambiental. Conforme destacou, a negociação coletiva é um princípio fundamental da OIT, consagrado pela Convenção nº 98, com potencial para promover a paz social e o crescimento sustentável, ao reduzir desigualdades salariais e estabilizar o ambiente de trabalho.

Pinheiro sublinhou a importância de atores fortes e capacitados para abordar temas cruciais, como a equidade na economia de cuidados e a transição para uma economia mais verde, garantindo que esse processo de transformação ocorra de maneira inclusiva e justa. Ele também observou que a negociação coletiva deve expandir seu escopo para questões relacionadas às novas tecnologias, como transparência algorítmica e proteção de dados dos trabalhadores, assegurando que o progresso tecnológico respeite os direitos fundamentais.

O Seminário contou com a colaboração da OIT, a Fundacentro e a Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras (PWR), e acontece em formato híbrido, com transmissão ao vivo pelo canal do MTE no YouTube, e conta com tradução simultânea para português, inglês e espanhol.

Estiveram presentes na abertura do evento a ministra Delaíde Alves Miranda Arantes (representando o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST)), José de Lima Ramos Pereira (Procurador-Geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho (MPT), Francisco Canindé Pegado do Nascimento (representante da bancada dos trabalhadores no Conselho Nacional do Trabalho e Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores), Ivo Dall’Acqua (representante da bancada dos empregadores no Conselho Nacional do Trabalho), presidente em exercício da Fecomércio/SP e Diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e José Cloves da Silva, presidente da Fundacentro.

“Negociação e Mediação Coletiva Trabalhista – Consolidação da Legislação Aplicável” – Ebook digital

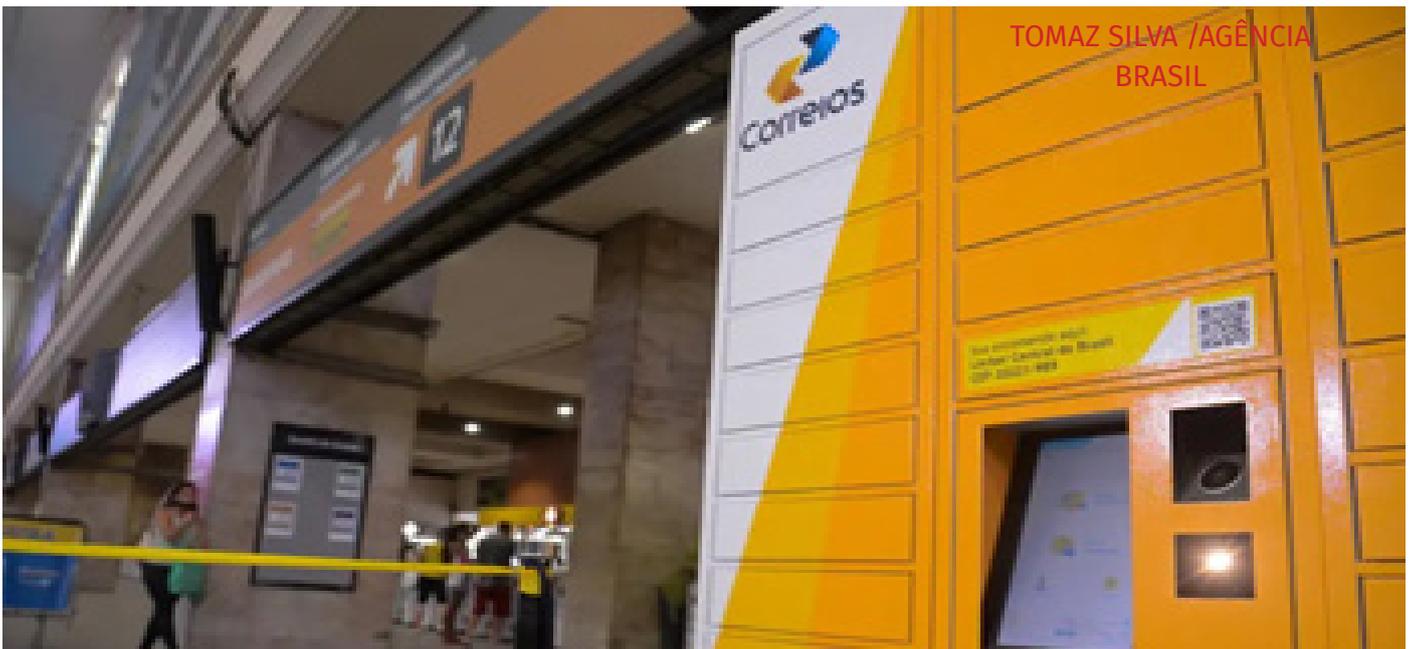
Na ocasião, o secretário de Relações do Trabalho, Marcos Perioto, também anunciou o lançamento do compêndio digital Negociação e Mediação Coletiva Trabalhista – Consolidação da Legislação Aplicável, uma iniciativa do MTE que visa reunir as normas nacionais e internacionais relacionadas à negociação coletiva.

Esse material, segundo ele, representa um marco para a disseminação de conhecimento sobre os fundamentos legais que sustentam as negociações e mediações coletivas no Brasil. Perioto ressaltou que o e-book ficará disponível gratuitamente no site do Ministério e manifestou o compromisso do MTE em fortalecer as práticas de negociação coletiva no país, ampliando o acesso a informações essenciais para o diálogo social e promovendo um ambiente de trabalho mais colaborativo e produtivo.

FONTE: MTE

Consumidores poderão renegociar dívidas nos Correios com até 99% de desconto

Parceria entre a estatal e o Serasa começou nesta segunda-feira (4) e vai até dia 29 de novembro



Consumidores endividados poderão renegociar dívidas com até 99% de desconto, sobre o valor da dívida, em mais de dez mil agências dos Correios em todo o Brasil, a partir desta segunda-feira (04/11). A iniciativa, em parceria com a Serasa, integra o projeto Feirão Limpa Nome, vai até 29/11 e abrange débitos com mais de mil empresas de diferentes setores, como telefonia, bancos, varejo, além de concessionárias de água e energia.

As renegociações permitirão que o consumidor escolha datas de vencimento e quantidade de parcelas. Assim que os acordos Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

forem finalizados, os nomes dos devedores são retirados dos cadastros de restrição de crédito e o CPF volta a ficar “positivo”. Também será possível consultar acordos e obter reimpressão de boletos.

Qualquer pessoa física que apresente documento de identificação oficial com foto e número do CPF pode participar. Os valores para realização do serviço nas agências são de R\$ 4,20 por dívida negociada e R\$ 3,00 por consulta a acordos.

FONTE: CUT - Editado por: André Accarini

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF